

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 130

04/05/07 a 10/05/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: **Suzeley Kalil Mathias** (coordenação), **André Cavaller Guzzi** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), **Flávio Augusto Lira Nascimento** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Juliana Alves da Costa** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Yumi Aoki** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Leonardo Ulian Dall Evedove** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Lisandra Crosara** (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e **Renata Avelar Gianini** (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP e bolsista CAPES).

Lula defendeu etanol e produtos brasileiros

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura de uma feira de agronegócios, afirmou que a irreversível evolução do álcool e do biodiesel firmam o Brasil em uma posição privilegiada em comparação aos demais competidores internacionais do setor. Lula declarou que o Brasil não se submeterá às pressões internacionais, críticas da elevação da área cultivada de cana-de-açúcar. Segundo o presidente, as interpelações européias sobre a possível invasão da Amazônia pelo plantio de cana não farão o país ceder em suas pretensões, assim como o interesse de defender a Amazônia é nacional. Para Lula, o Brasil possui vocação para esta área, e não se pode exigir do país que continue em uma situação de pobreza. Lula afirmou também que o mundo cederá aos biocombustíveis, o que, de acordo com o presidente, no entanto, não ocasionará a diminuição da área de plantio de alimentos. Durante a mesma

cerimônia, Lula afirmou que gostaria de levar consigo, em suas viagens internacionais, exemplares da carne brasileira, uma vez que compete ao país demonstrar ao exterior a qualidade dos seus produtos e buscar vendê-los (O Estado de S. Paulo – Vida & - 04/05/2007).

Brasil participou de acordo para formação do Banco do Sul

O Ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, juntamente aos ministros da Economia da Argentina, Felisa Miceli, Bolívia, Luis Alberto Arce, Equador, Ricardo Patiño, Paraguai, Ernst Bergen e Venezuela, Rodrigo Cabezas, fecharam um acordo com vistas a acelerar a criação do Banco do Sul. O acordo assinala também a assinatura da ata de fundação da instituição para junho de 2007 e o seu funcionamento até o final deste ano. O projeto visa constituir um banco de desenvolvimento e um fundo que reúna reservas monetárias de seus países-membros, com funções similares àquelas do Fundo Monetário Internacional (FMI), para amenizar os problemas quando algum destes enfrentar um saldo deficitário. Durante a cerimônia de abertura da reunião entre as autoridades, o presidente do equatoriano, Rafael Correa, propôs a criação de um banco de desenvolvimento e um fundo de estabilização a fim de impulsionar o crescimento econômico e social da América do Sul. De acordo com Guido Mantega, o Brasil participou do acordo enquanto membro de pleno direito. Segundo o ministro brasileiro, isso demonstra o empenho nacional em fortalecer a integração da América do Sul, dentro da qual o banco direciona à formação de um grande bloco de nações. Mantega destacou ainda a evolução das conversas entre o Brasil e a Argentina para criação de uma moeda única binacional e apontou para a utilização das próprias moedas nacionais nas transações entre os países como uma experiência que poderia expandir-se a toda a região. O ministro brasileiro informou ainda que o aporte brasileiro destinado para a constituição do Banco do Sul estará entre US\$ 300 milhões e US\$ 500 milhões, e que o dinheiro deverá sair do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por não se tratar de 'despesa orçamentária' da União. No entanto, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, disseram estar surpreendidos com a declaração de Mantega. Miguel Jorge afirmou que em sua opinião, o Banco do Sul não deveria ser formado com aportes do BNDES, mas caso a decisão de repasse das verbas ao Banco do Sul seja uma 'orientação de governo', caberá ao Ministério do Desenvolvimento e ao BNDES efetivarem a operação. Coutinho garantiu que todas as receitas do BNDES estão comprometidas com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e para o financiamento de empresas nacionais (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/05/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & negócios – 04/05/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/05/2007; O Globo – Economia – 05/05/2007; O Globo – Economia – 06/05/2007).

Ministério das Relações Exteriores defendeu compra de prédios para representações

O Ministério das Relações Exteriores defendeu que as representações brasileiras no exterior que sejam alugadas devam ser adquiridas pelo país. O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, havia informado, durante a cerimônia de formatura dos novos diplomatas, de sua pretensão em adquirir prédios a fim de alocar as embaixadas brasileiras. De acordo com Lula, esse gesto seria uma demonstração das intenções brasileiras em permanecer nos países onde se instale. Segundo Lula, o governo brasileiro deve estar presente em todos os países, como forma de inserção no mundo globalizado. A assessoria de imprensa do Itamaraty informou que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, defende a aquisição de embaixadas com vistas a objetivos políticos e econômicos, uma vez que o governo brasileiro tende a expandir sua política externa, criando, portanto, mais postos no exterior. O Brasil abriu 30 novas representações no exterior desde o início do primeiro mandato do presidente Lula, dos quais 12 correspondem a postos em países africanos (Folha de S. Paulo – Nacional – 04/05/2007).

Evo Morales afirmou que a negociação com a Petrobrás terá prazo

O presidente da Bolívia, Evo Morales, declarou que o governo boliviano visa privilegiar o diálogo com o Brasil na questão dos hidrocarbonetos. Entretanto, para ele, o tempo para as negociações encontra-se próximo do seu limite. Morales afirmou também que a estatal brasileira Petrobrás tem conduzido de maneira intransigente suas negociações para a venda de refinarias à Bolívia, as quais, segundo Evo, devem ser detidas pelo Estado boliviano e por seu povo. O presidente boliviano reconheceu o Brasil enquanto um país desenvolvido, que é líder regional em termos industriais e econômicos, e pediu a compreensão das autoridades brasileiras para com a Bolívia. Seu vice-presidente, Álvaro Garcia Linera, declarou que a Petrobrás aceita as medidas do governo boliviano a serem tomadas nos próximos dias, as quais se referem à sua atuação como prestadora de serviços e não como proprietária de refinarias no país. Linera afirmou ainda que será contratada uma consultoria internacional para a avaliação das refinarias em questão, a fim de facilitar a conclusão do acordo entre as partes. O ministro de Hidrocarbonetos boliviano, Carlos Vilegas, disse que o prazo para um acordo amigável sobre as refinarias é de dez dias, ao término do qual Morales ordenará a cumprimento do decreto de nacionalização, que transfere todos os ativos das refinarias para Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). De acordo com o gerente-geral de produção e exploração da Petrobrás Bolívia, Fernando Borges, a empresa efetivamente aceita vender a totalidade das ações das refinarias, desde que seja pago o preço adequado por elas. As autoridades brasileiras, ao seu turno, reiteraram que não aceitarão medidas unilaterais por parte da Bolívia, assim como um prejuízo à Petrobrás, o que eventualmente degradaria as relações bilaterais e a consecução dos acordos firmados entre os

países, em fevereiro de 2007. O governo brasileiro tem avaliado quais medidas poderiam ser aplicadas contra a Bolívia se os direitos econômicos da Petrobrás não forem preservados pelo país (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/05/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 014/05/2007; O Globo – Economia – 04/05/2007).

Lula autorizou quebra de patente de medicamento da Merck

O presidente Lula autorizou o licenciamento do medicamento Efavirenz, cuja patente é detida pela farmacêutica norte-americana Merck Sharp & Dohme, o que permitirá a importação de genéricos de outros países e fará com que o Brasil fabrique o medicamento. A decisão de Lula segue as orientações do Ministério da Saúde, que rejeitou a contraproposta da Merck em reduzir em 30% o valor do produto vendido ao governo brasileiro. No mês de abril, o Ministério havia editado uma portaria na qual declarava o Efavirenz um remédio de interesse público. O medicamento custa atualmente 43 milhões de reais anuais ao Brasil e é utilizado por cerca de 75.000 pacientes aids atendidos pela rede pública de saúde. O governo brasileiro afirmou que o licenciamento compulsório está de acordo com as normas do Acordo de Propriedade Industrial (TRIPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC), pois será pago o valor de 1,5% de royalties à Merck sobre o total de gastos na importação do medicamento genérico – o TRIPS determina um percentual entre 0,5 e 2%. A farmacêutica, que estuda a decisão do governo brasileiro, não divulgou ainda se recorrerá à Justiça, mas declarou que a quebra da patente cria um cenário negativo para novos investimentos no Brasil. Por meio de nota assinada pelo vice-presidente para assuntos internacionais, Daniel W. Christman, a Câmara de Comércio norte-americana criticou duramente a decisão do governo brasileiro argumentando que essa atitude afastará investidores estrangeiros do país. O Escritório de Comércio dos Estados Unidos anunciou que ainda está examinando os detalhes do anúncio do governo brasileiro, mas adiantou que o fracasso das negociações com o laboratório Merck causou desapontamento. A Federação Internacional de Indústrias Farmacêuticas, por sua vez, afirmou que a decisão brasileira representa uma atitude de confronto e que a autorização de licenças compulsórias não garante maior acesso a remédios à população aids. A Organização Mundial da Saúde (OMS), entretanto, afirmou que o Brasil tem direito de emitir uma licença compulsória, pois a medida está de acordo com as normas de patente da OMC. Lula declarou que o Brasil poderá quebrar mais patentes, caso outros remédios sejam comercializados com preços fora do padrão brasileiro. O ministro da Saúde do Brasil, José Gomes Temporão, afirmou que a Merck Sharp & Dohme, dona da patente, foi "intransigente", "pouco profissional" e não tratou o país com seriedade. O ministro afirmou ainda que a declaração do diretor-gerente para assuntos do hemisfério ocidental da Câmara Comercial dos EUA, Mark Smith, de que a quebra da patente equipara o governo brasileiro à junta militar que governa a Tailândia desde 2006, que quebrou a patente do mesmo remédio, foi "grosseira", "descabida" e "ignorante". Em entrevista, Smith afirmou que a busca de uma solução alternativa para a quebra

de patente do Efavirenz é a melhor escolha para o Brasil. Pois, para uma economia de US\$ 30 milhões com a quebra da patente, o Brasil pode estar colocando em jogo US\$ 3,5 bilhões, valor que o país exporta anualmente para os EUA. Segundo o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Felipe Nery Guimarães, o remédio genérico que substituirá o Efavirenz chegará ao Brasil no início de junho e sua compra será intermediada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Organização Pan-americana de Saúde (Opas), o que garantirá preços mais baixos e maior rapidez na conclusão das negociações com os laboratórios indianos, que exportarão o remédio para o Brasil. Guimarães descarta qualquer possibilidade de falta do produto, dizendo que o país já está providenciando a produção nacional do medicamento nos laboratórios Farmanguinhos/Fiocruz, no Rio de Janeiro, e no Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (Folha de S. Paulo – Metrópole – 04/05/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 05/05/2007; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/05/2007; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/05/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 05/05/2007; O Estado de S. Paulo – Vida – 05/05/2007; O Globo – Economia – 04/05/2007; O Globo – Economia – 05/05/2007; O Globo – Economia – 06/05/2007; O Globo – Economia – 07/05/2007).

Brasil fornecerá óleo para Portugal

O presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, em encontro com o presidente da Empresa Nacional Portuguesa de Petróleo, Gás e Energia (Galp Energia), Manuel Ferreira de Oliveira, negociou um acordo pelo qual o Brasil fornecerá cerca de 300 mil toneladas de óleo vegetal para a produção de biocombustível em Portugal. O acordo entre a Petrobrás e a empresa portuguesa será assinado ainda no mês de maio, quando outro acordo de prospecção de petróleo em águas profundas será assinado entre as duas empresas (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/05/2007; O Globo – Economia – 05/05/07).

IPCC divulgou recomendações aos formuladores de políticas públicas

Foi divulgado o sumário executivo da terceira parte do Quarto Relatório de Avaliação (AR4) feito pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC). O documento, intitulado "Mitigação da Mudança Climática", trata das principais soluções para a diminuição da emissão de gases causadores do efeito estufa e cita a utilização de biocombustíveis e energia nuclear como alternativas aos combustíveis fósseis. Em reação às recomendações do Painel, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, declarou que pretende finalizar o plano nacional de enfrentamento da crise do clima em 90 dias. O ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, afirmou, por sua vez, que a notícia de que o IPCC considera a energia nuclear como verde veio em boa hora e que o governo brasileiro está

prestes a anunciar a retomada do programa nuclear e a construção de Angra 3 (Folha de S. Paulo – Ciência – 05/05/2007; O Estado de S. Paulo – Vida – 05/05/2007).

Lula viajará a quatro países no próximo mês

No mês de junho, o presidente Lula iniciará uma viagem de oito dias com escala em quatro países. Em seu primeiro dia de viagem, Lula assistirá a uma partida de futebol entre os times do Brasil e da Inglaterra, na reinauguração do estádio Wembley, em Londres, Inglaterra. A segunda escala do presidente é em Nova Délhi, na Índia, onde abordará a cooperação nuclear e espacial entre Brasil e Índia, a criação de um foro empresarial para aumentar o comércio e os investimentos entre os dois países e a ampliação do acordo de redução de tarifas existente entre a Índia e o Mercosul. Apesar do empenho do governo brasileiro em se aproximar da Índia no setor “soft nuclear”, que abrange o uso pacífico da tecnologia nuclear em áreas como a medicina e a agricultura, o Brasil não pode firmar nenhum acordo nuclear com o país asiático, já que entre outros motivos, a Índia não é parte do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), não aceitou a imposição de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O governo brasileiro ainda está interessado na tecnologia indiana de construção e lançamento de satélites e no potencial mercado para os aviões comerciais da Embraer. Nos dias 5 e 6 de junho, Lula estará em visita oficial em Rabat, no Marrocos, onde negociará medidas para aumentar o comércio bilateral e tratará da 2ª reunião de cúpula América do Sul – Países Árabes, em 2008. E, durante os dias 7 e 8, Lula participará de um reunião do G-8 ampliado em Heiligendamm, na Alemanha, quando deverá defender a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a ampliação do uso de biocombustíveis (O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/05/2007).

Países se reunirão para discutir Rodada Doha

Representantes de Brasil, Estados Unidos, Índia e União Européia têm três reuniões agendadas para negociarem os termos relacionados com a agricultura que entravam a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O primeiro encontro ocorrerá nos dias 17 e 18 em Bruxelas, na Bélgica (O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/05/2007).

ONU autoriza a anexação pelo Brasil de território localizado na plataforma continental

A Organização das Nações Unidas (ONU) autorizou o Brasil a incorporar mais 712 mil quilômetros quadrados de extensão da plataforma continental ao seu território, o que assegura a soberania brasileira na exploração e aproveitamento de todos os

recursos naturais do solo e subsolo marinhos. Tal anexação é resultado de um intenso trabalho de mapeamento científico da plataforma continental feito pela Marinha em parceria com a Petrobrás e que levou 17 anos para ser concluído. O aumento em extensão da plataforma continental brasileira despertou ainda mais o interesse de empresas na exploração de areia, cascalho, fosfato, carvão mineral, enxofre, ouro e diamante na plataforma continental. Porém, a legislação brasileira carece de um marco regulatório para a exploração marinha, já que o impacto ambiental de tal tipo de exploração é grande. Apesar do sucesso obtido na anexação do território marítimo, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) solicitou à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (CLPC), a anexação de outros 238 mil quilômetros quadrados (O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/05/2007).

Petrobrás afretou plataformas no mercado internacional

Visando diminuir a dependência do gás importado da Bolívia e atender à demanda nacional de combustíveis fósseis, a Petrobrás vem afretando plataformas no mercado internacional, em valores que ficam em torno de US\$ 500 milhões por plataforma. De acordo com o diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, Guilherme Estrella, a maior parte dessas plataformas destina-se ao Plano de Antecipação da Produção nos Campos de Gás (Plangás) e seus afretamentos ocorreram devido à falta de capacidade física dos estaleiros nacionais de atenderem a demanda da empresa. Estrella afirmou não achar contraditória a intensificação dos afretamentos de plataformas na atual gestão, apesar da campanha do presidente Lula em 2002 ter destacado a relevância da construção dessas unidades no Brasil. O diretor lembra que a Petrobrás possui um extenso planejamento para a construção de unidades no país com conteúdo nacional, e que a estratégia de afretar as plataformas corre paralelamente à construção de unidades de maior porte e com capacidade de produção por um período mais prolongado, de até 25 anos. Procurando reduzir os custos das unidades, a Petrobrás está adotando estratégias como simplificar o processo de licitação de plataformas e encomendar plataformas do tipo Tension Leg (TLPs), que dispensam linhas flexíveis para conectar-se ao poço de petróleo e ainda possuem uma sonda de perfuração acoplada (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/05/2007).

Lula felicitou Sarkozy pela vitória na França

Em nota divulgada no dia 6 de maio, o presidente Lula congratulou Nicolas Sarkozy pela vitória nas eleições presidenciais francesa. No documento, o presidente brasileiro expressou ainda sua firme disposição de trabalhar para o fortalecimento dos laços históricos que unem o Brasil e a França e que ganharam notável impulso nos últimos anos (O Estado de S. Paulo – Internacional – 07/05/2007).



Governo elabora plano para enfrentar desabastecimento

A fim de enfrentar a possibilidade de falta de gás boliviano, o governo brasileiro elaborou um plano de racionamento de gás natural. A base deste plano está praticamente pronta e deve ser enviada ao Congresso Nacional na forma de projeto de lei ou medida provisória em breve. A estrutura prevê a criação de um comitê de crise que será responsável por definir os volumes de corte em cada Estado da federação, havendo penalidades para quem não cumprir. O objetivo do Plano de Contingente, como foi nomeado, terá como objetivo mitigar impactos de eventual falha no suprimento de gás, distribuindo suas conseqüências de maneira eqüitativa. O plano também estipula prioridades de consumo, além de mecanismos de compensação a consumidores que tiverem de substituir o gás natural por outro combustível mais caro. Um mecanismo de liquidação dessas compensações também está previsto no plano (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 09/05/2007).

Em encontro com papa, Lula reafirma a laicidade do Estado e não fecha acordo de regulamentação da Igreja

Em encontro com o papa Bento XVI a portas fechadas no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, o presidente Lula apresentou o programa Bolsa Família ao sumo pontífice e mencionou o desejo de criar programas para ajuda à África. Segundo o presidente, a produção de biocombustíveis impulsionaria a economia do continente. Um acordo de regulamentação da Igreja Católica no país e o caráter laico do Estado brasileiro foram discutidos no encontro. A secularidade nacional será mantida, segundo afirmou o presidente, e o acordo de regulamentação não foi fechado. A embaixadora do Brasil na Santa Sé, Vera Machado, disse que Bento XVI espera que tal acordo seja selado durante seu pontificado e o mandato do presidente brasileiro (Folha de S. Paulo – Brasil – 10/05/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/05/2007).

George W. Bush telefona a Lula e presidentes discutem G8, etanol e rodada de Doha

O presidente norte-americano George W. Bush telefonou para o seu par brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, para tratar de temas como a rodada de Doha, a reunião do G8 (grupo dos sete países mais industrializados do mundo mais a Rússia) e os biocombustíveis. O porta-voz do governo norte-americano, Tony Snow, afirmou que a reunião de cúpula do G8, que ocorrerá na Alemanha no início de junho, foi a principal razão pela qual Bush ligou para o brasileiro. Ambos os presidentes analisaram a agenda do encontro, o qual incluirá a ajuda à África e a globalização, além de terem repassado as conversas dos ministros de Comércio para a

liberalização do comércio mundial, ponto principal da rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) (Folha de S. Paulo – Brasil – 10/05/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 10/05/2007).

Enfim fechado o acordo de venda das unidades da Petrobrás em território boliviano

Após uma intensa negociação, a Bolívia pagará US\$ 112 milhões pelas duas refinarias da Petrobras que se encontram em seu território. Segundo o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, o valor foi proposto pela estatal. O governo de Evo Morales também já anunciou o acordo. Desde o dia 10 de abril, o ministro boliviano de Hidrocarbonetos, Carlos Villegas, e o presidente da estatal boliviana YPF, Guillermo Aruquepa, negociam com o presidente da Petrobrás, José Fernando de Freitas. Segundo Rondeau, o pagamento poderá ser feito mediante duas parcelas, sendo metade do valor pago no ato da assinatura do contrato e o restante dois meses depois. O gás natural que o Brasil importa da Bolívia também poderá ser usado como forma de pagamento, anunciou o ministro. A Petrobrás dera um prazo até o meio-dia do dia 11 para um aceite por parte do governo boliviano (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/05/2007; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/05/2007; O Globo – Economia – 10/05/2007).